

# Manuais das Escolas Normais como fonte de pesquisa histórica

*Textbooks of Normal Schools as a source of historical research*

Fernanda Plaza Grespan<sup>1</sup>

Aline de Novaes Conceição<sup>2</sup>

Rosane Michelli de Castro<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste texto, são destacados os manuais escolares, artefato da cultura escolar, com o objetivo de analisar os manuais escolares que circularam nas Escolas Normais entre 1940 e 1970. A metodologia utilizada é a abordagem histórica centrada em pesquisa bibliográfica e documental no período de 1940 a 1970, privilegiando-se os manuais escolares das Escolas Normais. O recorte temporal se deve a época de expansão ao funcionamento das Escolas Normais do Brasil. Os resultados do estudo apresentado neste texto apontam que os pressupostos teóricos enfatizam a importância dos manuais escolares como fonte de estudos em História da Educação, assim como um artefato cultural, considerando a relevância da cultura escolar e do ambiente das Escolas Normais para a formação docente, considerando a conjuntura histórico-social do Brasil no referido período.

**Palavras-chave:** Escolas Normais. Manuais escolares. Cultura escolar.

**Abstract:** In this text, we focus on textbooks, which are artifacts of school culture, to analyze those used in Normal Schools between 1940 and 1970. The methodology used is the historical approach centered on literature review and documentary research on the period from 1940 to 1970, focusing on the textbooks of Normal Schools. The time frame covers the period when there was an expansion of Normal Schools in Brazil. The results of the study presented in this text indicate that theoretical assumptions emphasize the importance of textbooks as a source of studies in the History of Education and as a cultural artifact, considering the relevance of school culture and the environment of Normal Schools for teacher training and Brazil's historical and social situation in that period.

**Keywords:** Normal Schools. Textbooks. School culture.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília/SP. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp FFC - Campus de Marília/SP. Graduação em Pedagogia pela Unesp, campus de Marília/SP. É integrante desde 2016, do grupo "HiDEA-Brasil História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil", liderado pela Dr<sup>a</sup> Rosane Michelli de Castro e desde 2011, é integrante do grupo "GP FORME - Formação do Educador", liderado pelo Dr. Vandef Pinto da Silva.

<sup>2</sup> Doutoranda do PPGE, da UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília. Professora Coordenadora da Rede Municipal de Educação de Marília - SP. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas HiDEA-Brasil - História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil.

<sup>3</sup> Professora assistente na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC - Unesp/Marília. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995), Graduação em Educação Física pela Universidade de Marília (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005) e Pós-Doutorado pela Fundação Carlos Chagas (2010).

## *Introdução*

Este texto é parte dos estudos realizados a partir de pesquisas documentais, na linha de História da Educação, que é decorrência de indagações que vêm sendo realizada sobre a temática no Grupo de Estudos e Pesquisa HiDEA Brasil - História das disciplinas escolares e acadêmicas do Brasil, liderado pela Dra. Rosane Michelli de Castro e Dra. Giza Guimarães Pereira Sales.

Conceição, J. (2007) apresenta o crescente alargamento do campo das pesquisas sobre manuais escolares em uma perspectiva histórica nas academias brasileiras, principalmente no campo da História Cultural, com junção da História e Educação, como por exemplo reconhecimento dos sujeitos e da noção de fatos históricos. Nessa perspectiva, a pesquisa histórica documental pode ser utilizada em trabalhos que focam as trajetórias dos indivíduos, dos grupos, da sociedade e das instituições; portanto, é adequada às pesquisas que temos desenvolvido, cujos dados podem ser localizados nos manuais escolares.

Observa-se, assim, que a pesquisa histórica documental é uma prática social de possíveis mudanças no conteúdo e no intuito da história, visto que a história é mutável, propiciando a confirmação de novas áreas de investigação e a compreensão das demandas educacionais locais na elaboração dos currículos e dos modelos de formação de professores nas escolas de formação de professores, como nas Escolas Normais no período de 1940 a 1970, objeto de nossos estudos. Portanto, trata-se de perspectiva investigativa que visa propiciar ao leitor elementos para a reflexão sobre algumas das perspectivas mais inovadoras da produção nessa instigante área de investigação.

Desse modo, à luz da compreensão sobre o currículo e modelo de formação de professores retratado em manuais escolares, surgiu o seguinte questionamento: como e quais contribuições da circulação de manuais pedagógicos utilizados na formação de professores nas Escolas Normais, entre 1940 e 1970? Assim, o objetivo das nossas investigações, cujos resultados estão expostos neste artigo, é analisar os manuais escolares que circularam nas Escolas Normais entre 1940 e 1970, buscando identificar e compreender suas possíveis contribuições para a Formação de professores, como objeto da cultura escolar. Considerando que se trata de manuais que circularam, portanto, em um contexto

histórico específico, por sujeitos contidos de dadas instituições de ensino e com propósito de estudo para um determinado público.

Quanto ao material bibliográfico, foi constituído pelos estudos desenvolvidos sobre a educação e o ensino nas Escolas Normais, no período de enfoque da pesquisa. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as Escolas Normais e os Manuais Escolares. Para isso, foram desenvolvidas buscas, utilizando as palavras-chave “Escolas Normais 1940-1970” e “Manuais escolares 1940-1970”. As bases de dados consultadas foram: UNESP “Catálogo Athena”, o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a coleção de periódicos científicos brasileiros da biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), o banco de dados da Universidade de São Paulo (USP), o acervo da Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e a base de dados da biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), todos disponíveis via *on-line*. Como critério para selecionar os tipos de textos a serem pesquisados, foram selecionadas teses, dissertações, artigos e livros sobre as Escolas Normais do Brasil e os manuais escolares da época.

Considerando o quadro teórico-metodológico dessa pesquisa, foi realizado um trabalho de compreensão de aspectos constitutivos das Escolas Normais, principalmente a partir dos sujeitos que vivenciaram como professores e alunos, cada qual em seu lugar histórico e social. Para realizar as discussões aqui propostas, utilizaram-se como aporte teórico, principalmente, os seguintes autores: Chartier (1990, 2005), Chervel (1990), Conceição, J. (2007), De Certeau (2011), Escolano (2012), Rockwell (1997) e Silva (2003).

Assim, este texto permite refletir sobre alguns aspectos do estudo de manuais escolares circulados nas Escolas Normais, considerados como objeto cultural, com sua materialidade de inúmeros objetivos, intenções e valores da época, com representações sociais e práticas escolares.

### *As Escolas Normais e os manuais escolares*

Segundo Faria Filho (2007), o período de 1827 a 1890 foi de intensas discussões sobre os direitos das chamadas “camadas inferiores da sociedade”: direito à necessidade e pertinência ou não instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres, discussões amplamente debatidas e intensa

atividade legislativa das assembleias provinciais em busca do ordenamento legal da instrução escolar. Os esforços giravam em torno de construir um arcabouço legislativo, ao mesmo tempo tarefa fundamental do Estado e condição de existência desse Estado e da Nação, no sentido da criação de condições para dada participação de modo que o país pudesse ser governado, “controladamente”. Segundo *O Universal* (1825 *apud* FARIA FILHO, 2007, p. 137) “[...] [era] preciso que o povo [fosse] livre para que [pudesse] escolher; e [era] preciso que ele [fosse] instruído para que [fizesse] a escolha certa.”

Nesse sentido, a escola e, sobretudo, uma escola para a formação de formadores desse povo desejado, é discutida como mecanismo civilizatório para o Brasil, tendo também que ser controlados a sua instituição e seu desenvolvimento. Assim, são criadas no Brasil Escolas Normais, como principais instituições de formação de professores para o ensino primário e começaram a aparecer no cenário sócio-cultural brasileiro a partir da terceira década do século XIX. A primeira Escola Normal do Brasil teve sua fundação na província de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, sendo que sua instalação data do ano de 1835, com a lei de criação de nº 10 de 4 de abril de 1835, conforme mencionado, pelo então presidente da província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres.

Algumas instituições funcionaram inicialmente como internatos, mas a maior parte foi criada em regime de externato. A preocupação com a prática de ensino como elemento formativo dos futuros professores será mais evidente a partir do final do século XIX. A adoção de livros didáticos comuns em diferentes instituições, bem como as alterações curriculares, incluindo disciplinas voltadas para as Ciências da Educação, marcará a passagem do século XIX para o século XX. (ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008, p. 12).

A formação de professores nesse período estava pautada em pressupostos de ordem e de conduta e tinha como premissa a formação intelectual de professores que pudessem disseminar nas camadas populares a civilidade e a ordem. Assim, o professor oriundo da Escola Normal seria o veiculador de uma instrução elementar que forneceria:

Certas noções, certas práticas e sentimentos que devem ser gerais assim para as primeiras como para as classes superiores da

sociedade. É essa instrução comum, essa identidade de hábitos intelectuais e morais, como bem diz um dos homens mais visto nessas matérias, o Sr. Cousin, que constituem a unidade e a nacionalidade (VILLELA, 1990, p. 147).

A referida instituição tinha por objetivo formar profissionais para atender o ensino elementar e, para além de instrução elementar, atender às demandas políticas de formação e controle das condutas. Esse controle das condutas e da inserção social desigual passava, entre outras questões, pela prescrição de currículos específicos para homens e mulheres e pela adoção de um método, inicialmente centrado na organização das formas, espaços e tempos de transmissão da instrução elementar. Assim, oficialmente passou-se a advogar pela adoção do chamado método *Lancasteriano* ou *mútuo* (método de organização da classe - “forma de ensinar”), criado pelo educador inglês *Joseph Lancaster*, em experimentação desde o séc. XVIII na Europa. Para a adoção desse método eram necessários espaços amplos, para o atendimento de até mil alunos, sendo que o professor seria ajudado por alunos mais adiantados, os quais “instruiriam” (vigiavam) os demais, circulando entre os espaços entre as cadeiras dos demais, enquanto todos eram supervisionados por um único professor, resultando em poucos gastos e reduzidos salários aos professores. Desde 1815 esse método foi propagandeado no Brasil, tendo sido central nas discussões de 1820 e sua adoção passou a ser obrigatória segundo a Lei da instrução pública de 1827, a qual afirmava que, onde houvesse crianças, deveria haver escolas para instruí-las. No entanto, sem material e sem condições de espaços e, sobretudo, de professores formados segundo esse método, logo tal obrigatoriedade passou a ser inviável. Mesmo assim, em 1839, por ordem do presidente da Província de Niterói, foi traduzido e impresso para a Escola Normal dessa província, aquele que seria o primeiro compêndio pedagógico intitulado “*Curso Normal para professores de primeiras letras*, do Barão Dégerando. Observa-se, então, a adoção de um compêndio pedagógico, assim como as defesas pela instrução elementar, a formação de professores e a criação de escolas normais para tal formação como mecanismos indissociáveis para o acesso das pessoas às consideradas práticas e instituições civilizatórias.

Com o passar dos anos, as Escolas Normais foram objeto de regulação oficial e foram criadas no território nacional, nas principais cidades e mantidas até o ano de 1971, onde as Escolas Normais foram reestruturadas com a Lei n.

5.692, para o exercício do magistério em primeiro grau e passou a ser exigida habilitação específica de segundo grau.

As especificidades do tempo e espaço das Escolas Normais constituíram-se como instituições de formação docente que marcaram períodos da educação brasileira em que a formação docente foi organizada e sistematizada com o intuito de obter um saber especializado, de forma a aprimorar a prática pedagógica e, ao mesmo tempo, com base em demandas da conjuntura econômica e social desse período histórico.

Também, os manuais das Escolas Normais foram centrais para o desenvolvimento dessas escolas e para os projetos da nação e, nesse sentido, foram e continuam sendo objeto de estudos em educação, atestando o papel importante por eles desempenhado. A propósito, é possível afirmar que eles foram representativos da disseminação das ideias da Escola Nova que existiam no período histórico das Escolas Normais. Foram elaborados como "[...] livros de divulgação, contendo ensaios, relatórios de pesquisas experimentais ou propostas de ensino originais; e manuais de ensino para uso especialmente em escolas normais e institutos de educação" (MORTATTI, 2000, p.197).

Os manuais escolares têm se constituído em objeto de interesse dos pesquisadores historiadores pelo fato de serem compreendidos como artefato usado nas escolas do mundo inteiro durante anos. Porém há dificuldade em encontrar todas as suas edições, talvez, assim como a literatura infantil, por ter sido por muito tempo irrelevante para a cultura popular, portanto, sofrendo com o descuido em seus registros e armazenamento adequado.

Atualmente, há algumas bases de dados *on-line* que disponibilizam manuais escolares utilizados em escolas de formação de professores. Constituem-se, assim, em patrimônio cultural valioso capaz de oferecer ao pesquisador possibilidades para a recuperação de indícios no contexto econômico, político e social da época histórica estudada, pois nos manuais escolares podem ser identificadas transformações contínuas, indícios de reformas pedagógicas, políticas industrial, religiosa, social, tecnológica e gráfica.

Sobre o currículo e a metodologia de ensino do professor, sobretudo na prescrição do currículo oficial, tais manuais foram os meios que possibilitaram a institucionalização dos chamados conteúdos mínimos, alguns dos quais

produzidos por pesquisadores que muitas vezes não tinham conhecimento de como ocorria a efetivação desses conteúdos dentro de uma sala de aula com suas diversidades. O currículo apresentava sugestões de atividade que, muitas vezes, eram encontrados nos manuais didáticos, em que o professor adaptava para sua realidade cotidiana.

Sobre a política que se pode encontrar em manuais, de acordo com Escolano (2012, p. 36, tradução nossa):

O manual escolar tradicional se identifica como uma construção textual acomodada a certos requisitos sociológicos. É um texto que pode ser politicamente condicionado, na medida em que não pode ir além dos limites de conteúdo e valor que os governos lhe impõem. Como dispositivo de normalização cultural de cada faixa etária, o livro escolar é expoente de um determinado código sociológico, se quiser uma representação dos padrões que a comunidade orienta para as disciplinas escolares em uma determinada época.<sup>i</sup>

Os manuais "[...] fazem parte das leituras promovidas pela escola, pois são escritos que ordenam o conjunto de saberes a serem transmitidos aos normalistas, além de definirem com isso determinados modos de transmissão e apreensão desses conhecimentos" (SILVA, 2003, p. 36). Os manuais dessa época disseminavam diversos guias de formação e prática docente, podendo-se,

[...]afirmar que os manuais pedagógicos brasileiros, entre 1940 e 1971, enfatizam diferentes maneiras de se conduzir a formação e o aperfeiçoamento do magistério, expondo desde a constituição de uma cultura profissional sob os auspícios da Escola Nova, passando pela política de racionalização do trabalho dos professores, até o processo de tecnicização do ensino. Para tanto, são reunidos saberes produzidos por diversos autores [...] (SILVA, 2003, p. 50)

Assim, compreende-se que os manuais escolares são elementos que compõem a cultura.

Pode-se dizer que os manuais são essenciais e faz parte da cultura escolar da época e se faz refletir acerca das leituras circuladas na equipe de professores e alunos da Escola Normal. As etapas dos manuais escolares são a produção, a circulação, o

uso, a seleção e avaliação. Avaliação pela editoração e também pelos professores (RODRIGUES, 2020, [p. 10]).

Ainda, para Silva (2003, p. 37-38):

Nos manuais escolares, é possível identificar formas específicas de apropriação das fontes utilizadas. Os avanços da psicologia, da filosofia, da sociologia, da história, da pedagogia, entre outras áreas comumente mencionadas nesses livros, passam de uma lógica científica (ou pelo menos esse é o estatuto a elas delegado) a uma perspectiva de interpretação que permite situar as contribuições desses conhecimentos para o ofício de ensinar [...]

A utilização dos manuais escolares possibilita a compreensão de aspectos internos das instituições. Na História da Educação é importante compreender o cotidiano da Instituição Escolar “[...] e não somente a legislação educacional, pois na busca de execução das normas encontram-se resistências, tensões e apoios, assim é necessário voltar-se para o que ocorreu no interior da escola [...]” (CONCEIÇÃO, A., 2017, p. 26).

Pode-se concordar com uma citação de Sacristán (2000, p. 157), quando menciona que os materiais didáticos “[...] são os tradutores das prescrições curriculares gerais, são os divulgadores de códigos pedagógicos, e são recursos muito seguros”. Para Escolano (2012, p. 43, tradução nossa), “a cultura da escola tornou-se um objeto essencial para a nova historiografia da educação [...]”.<sup>ii</sup> E nesse contexto, é importante não se deixar enganar com as fontes normativas, pois:

Não existe na História da Educação estudo mais tradicional que o das normas que regem as escolas ou os colégios, pois nós atingimos mais facilmente os textos reguladores e os projetos pedagógicos que as próprias realidades. Gostaria de insistir somente sobre dois pontos: os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola. (JULIA, 2001, p. 19).

Cabe ressaltar que vai além de normas e legislações, aspectos como os manuais escolares, os periódicos, os relatos, os cadernos, as bibliotecas escolares, dentre outros, favorecem uma aproximação do passado, apresentando elementos

valerosos para a História da Educação e para a compreensão da formação de professores no Brasil.

### *Manuais educacionais e o lugar social*

Ao tomar os manuais educacionais como *corpus* da pesquisa, uma vez que consiste em um *corpus* documental primordial para a história da educação, é possível considerar que os manuais educacionais são fontes capazes de revelar as ideias que ocorreram no espaço educativo de uma determinada época e de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, selecionam-se aqui, as Escolas Normais, dada a sua importância na formação de professores, tendo em vista os temas do cotidiano e da cultura, podendo gerar novas pesquisas que possibilitem maior entendimento sobre as questões que inquietaram professores e alunos da década de 1940 a 1970 no Brasil.

O valor da época é que faz seu próprio processo de construção de identidade coletivamente com os sujeitos da época e está inserida em um contexto cultural característico. Nesse contexto, Halbwachs (2004) destaca que toda memória é coletiva e, como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. A opção em entender a origem da história documental deve-se, sobretudo, ao conjunto de possibilidades que propicia. Além disso, Chartier (1990, p. 19) afirma:

[...] pode-se pensar a história cultural do social tomando por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, partindo das representações do mundo social, na qual os atores que dela fazem parte, possam traduzir as suas posições e interesses de forma objetiva, e que de forma paralela, descrevem a sociedade tal como pensam que ela seja, ou como gostariam que fosse. (CHARTIER, 1990, p. 19).

O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a serem instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. Dessa maneira, a representação do real, o imaginário, é em si, um elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo.

À luz de De Certeau (2011), o lugar social ressalta que a atividade de pesquisa histórica está inserida em um lugar, e a partir dos objetivos delineados

determinará o que será realizado ou não. O lugar social dos sujeitos delimita as fontes e alcance da pesquisa e do discurso do historiador. Pode-se pensar que o pesquisador tem o ato de construir o conhecimento e o objeto de estudo a ser explorado. Principalmente, identificando e analisando aspectos das fontes bibliográficas, publicadas nos vários formatos, sobretudo em manuais didáticos, nos quais é possível identificar os conceitos, conteúdos e referenciais teóricos privilegiados para estudo.

Ao incluir os manuais didáticos como prática escolar, a escola proporcionou a circulação de um artefato cultural; além disso, os alunos de determinada época manipularam, compreenderam e apreenderam a palavra escrita em circulação na sociedade e estiveram envolvidas com a circulação do manual estudantil, incentivado como prática escolar.

O texto de Nóvoa (2005) retrata a função do historiador de educação:

[...] uma das funções principais do historiador da educação é compreender esta lógica de “múltiplas identidades”, através da qual se definem memórias e tradições, pertencas e filiações, crenças e solidariedades. Pouco importa se as comunidades são “reais” ou “imaginadas”. Não há memória sem imaginação (e vice-versa). A história cumpre elucidar este processo e, por esta via, ajuda as pessoas (e as comunidades) a darem um sentido ao seu trabalho educativo. Para pensar os indivíduos como produtores de história. [...] Nunca como hoje tivemos uma consciência tão nítida de que somos criadores, e não apenas criaturas, da história. A reflexão histórica, mormente no campo educativo, não serve para “descrever o passado”, mas sim para nos colocar perante um patrimônio de ideias de projetos e de experiências. A inscrição do nosso percurso pessoal e profissional neste retrato histórico permite uma compreensão crítica de “quem fomos” e de “como somos”. Para explicar que não há mudança sem história. O trabalho histórico é muito semelhante ao trabalho pedagógico. Estamos sempre a lidar com experiências e a fabricar memória (NÓVOA, 2005, p. 10-11).

Para De Certeau (2011), os métodos investigativos, dos últimos três ou quatro séculos, não cobrem a espessura nem a extensão do real. Nesse sentido, boa parte do material coletado era descartada pelo pesquisador por extrapolar os limites teóricos das suas propostas de pesquisa. Contudo, esses “resíduos” ou conteúdos “descartados” tendem a ganhar, atualmente, novos significados com os procedimentos da narrativa historiográfica. Assim, o trabalho de contar,

relatar e interrogar os acontecimentos ganha mais liberdade com as narrativas, o que proporciona também maior dignidade aos documentos e aos mortos, ou seja, às memórias dos sujeitos eleitos para compor o quadro de análise na investigação. Conceição J., (2007) relata a importância de o manual didático trazer ensinamentos históricos, mostrando a memória e o imaginário social coletivo. A autora também cita a História Cultural para a construção de uma identidade coletiva e nacional.

Dessa forma, a pesquisa histórica documental tem por tarefa dar visibilidade a essas possibilidades esquecidas, numa luta para tirar do silêncio um passado que a historiografia ainda não conta (DE CERTEAU, 2011).

### *Os manuais e a pesquisa sobre cultura escolar*

Frente as reflexões de Elsie Rockwell (1997) e aos estudos na linha de pesquisa de História da Educação, apresenta-se a cultura que é difundida na escola, podendo afirmar que a cultura escolar é instaurada pelos sujeitos da escola (alunos/professores), considerados os sujeitos da ação cultural (GRAMSCI, 2001). Esses sujeitos sempre estão associados a grupos, seja no campo profissional, seja no campo artístico ou intelectual. Não são, também, apenas mero reflexo das condições sociais e históricas, porque suas representações e práticas sociais interferem e constroem relações sociais (GRAMSCI, 2001).

Para Rockwell (1997, p. 35), em uma concepção histórica é possível observar que a cultura escolar é heterogênea e contraditória. Dessa forma, é possível compreender, como Viñao (1998) descreve, que entender os espaços escolares com a valorização da materialidade, vai além dos aspectos funcionais, mas também passa pela investigação de elementos com simbolização. Com isso, a tarefa de socializar e educar cabe aos espaços escolares, constituindo um campo de forças materiais e sociais que articula sua configuração entre o aberto e o fechado, o interno e externo, o que é comum e aquilo que é designado a uma pessoa ou grupo específico.

Cabe aqui, conceituar a teoria de Chervel (1990) sobre a cultura escolar e como a escola age pelas finalidades do ensino. O autor relata que, dentre as finalidades do ensino, abrangemos as “finalidades de objetivo” e as “finalidades

reais”. As finalidades de objetivo são “a ordem do legislador”, as legislações, os decretos, aquelas escritas nos textos, que segundo o historiador “são a primeira documentação a ser analisada pelo historiador das disciplinas escolares” (CHERVEL, 1990, p. 189). Já as finalidades reais estão no âmbito da história cultural, as práticas escolares concretas no interior da escola, no cerne da cultura escolar, isto é, os professores alteram as ordens e fazem adaptações na realização de sua prática docente.

Sobre as complexas dinâmicas culturais produzidas pelos sujeitos dentro do cotidiano da escola, pode-se pensar que:

Uma concepção de cultura que integra a história leva a conclusões distintas. Se for vista como parte do desenvolvimento cultural da humanidade, a longo prazo, a escrita faz parte da cultura tanto quanto ferramentas, lotes e granis. Comparando com esses elementos culturais de várias características. [...]iii (ROCKWELL, 1997, p. 33, tradução nossa)

Assim, compreende-se que a diversidade dos alunos e professores são elementos que compõem a cultura que é difundida na escola. De acordo com Castro (2000), é preciso considerar que as construções discursivas influenciam por meio de suas características específicas no plano da seleção e organização dos conteúdos, bem como da elaboração e fundamentação ideológicas de uma instituição escolar.

De acordo com Julia (2001), a cultura escolar, além de normas e legislações, apresenta dados importantes para a formação de professores e para a História da Educação. Periódicos, bibliotecas escolares, relatos, cadernos, dentre outros, juntamente com as normativas, favorecem uma aproximação do passado (RODRIGUES, 2019, p. 52)

Chartier (2005) ressalta a importância de se analisar também a representação cultural em diferentes signos, gestos e ações, devendo-se observar que “[...] a cultura a transmitir, tal qual ela é definida tradicionalmente, é, portanto, o que faz o objeto de uma crença não individual, mas coletiva e inscrita nas instituições” (CHARTIER, 2005, p. 26).

Para Rodrigues (2019, p. 55), o pesquisador precisa estar atento a todos os detalhes, não deixando de lado aspectos sociais, políticos e culturais do período

estudado, visto que os fatores externos são indispensáveis para uma melhor investigação do objeto de estudo. Para Ginzburg (2003), por sua vez, o estudo por meio de vestígios e pistas caracteriza o chamado paradigma indiciário. O autor sugere ainda que o historiador tenha um olhar para os textos, para os fatos e para os documentos, de forma a encontrar indícios que permitam vislumbrar detalhes que poderiam passar despercebidos. Partindo desse pressuposto, a intenção, ao se trabalhar com os manuais escolares, é investigar, nos referidos livros, manifestações da presença de outro sistema discursivo. Em vista de objeto indiciário Escolano relata:

[...] o manual escolar, como registo de toda a cultura escolar, é uma fonte importante e decisiva para o enfrentamento desta estratégia de conhecimento. O livro pode ser examinado como representação das práticas que prevê e induz, como suporte em que se fundamentam os discursos pedagógicos sobre a ação escolar e como objeto indicativo dos valores em que assenta a gestão que o regula. Essa revalorização do livro escolar como fonte deu lugar à criação de um novo campo intelectual, não apenas historiográfico, teórico e pragmático: aquele que se enquadra no termo *manualística*<sup>iv</sup> (ESCOLANO, 2012, p. 43, tradução nossa)

E continua dizendo:

[...] o manual é um traço-objeto que carrega sinais indicativos da conceituação e da pragmática do ensino. A sua análise linguística, semiológica e iconográfica pode aproximar-nos do conhecimento dos códigos que identificam uma determinada pedagogia. Do ponto de vista da cultura teórica, o livro é um texto discursivo que contém conceituações e tradições de significado implícitas. Nas práticas discursivas que se expressam por meio de linguagens, recursos retóricos e de comunicação, podem ser lidos valores culturais e teorias didáticas<sup>v</sup> (ESCOLANO, 2012, p. 43-44, tradução nossa)

Os manuais didáticos são objetos de circulação de ideias, costumes, valores e, conseqüentemente, de culturas. Pensando que esse objeto cultural é circulado nas escolas, elas portanto são instrumentos de formação do sujeito na sociedade, tendo uma função social. Em suas considerações, Conceição (2007) trata os manuais didáticos como objeto cultural e fonte principal da pesquisa, levando em conta interrelação, a produção do livro, sua circulação, e a

apropriação de representação, seja de leitor leigo e aluno, a quem os livros são direcionados.

Neste sentido, os manuais escolares possibilitam a percepção do sistema de ensino da época, assim como do interior da instituição no qual circulavam, viabilizando uma parte da vida escolar, da cultura escolar e a representação da escola por meio das percepções dos estudantes e da equipe de professores, daquilo que se materializou frente ao que estava previsto.

### *Considerações Finais*

Com base no exposto, compreende-se que alguns pressupostos teóricos enfatizam a importância dos manuais escolares como fonte de estudos em História da Educação, considerando a relevância da cultura escolar e do ambiente das Escolas Normais para a formação docente. Ressalta-se, também, a importância dos manuais escolares como artefato cultural e de suas contribuições para a profissionalização da docência considerando a conjuntura histórico-social do Brasil no referido período.

Nesse sentido, os livros didáticos possibilitam uma percepção cultural da época, das relações entre países, políticos e sociais de uma determinada época ao qual foi elaborado e circulado esses livros com imagens representativas, com o objetivo de ilustrar a história tratada.

Assim, perpassando aspectos da história das Escolas Normais, é possível concordar com Chervel (1990), sobre que é necessário buscar a compreensão do porquê a escola ensina e o que ensina. Contudo, o estudo de manuais escolares proporciona mais do que entendimento do sistema de ensino e do interior das instituições escolares, viabilizando ao historiador dados e indícios de conhecimentos sobre a vida escolar e seus sujeitos. Estes vestígios que os manuais estudantis trazem são rastros dos sujeitos e suas práticas do dia a dia escolar, suas experiências internas e externas à escola, propostas de formação escolar e valores a serem divididos.

## Referências

- ARAÚJO, J.; FREITAS, A.; CARVALHO, A. (Orgs.) **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- CASTRO, R. M. de. **Vida e trabalho de professores primários: um estudo dos Anuários Do Ensino do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Marília/SP, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2000.
- CHARTIER, R. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. *In*: CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, A. M. **Escola, cultura e saberes**. São Paulo: FGV Editora, 2005. p. 09-28.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CONCEIÇÃO, A. de N. **O Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP (1953-1975): elementos para a história de uma instituição escolar**. 2017. 347f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.
- CONCEIÇÃO, J. Livros didáticos como fonte de pesquisa histórica: a imagem do Brasil em livros didáticos latino-americanos. **Simpósio Internacional “Livro Didático: Educação e História”**. São Paulo: FEUSP, 2007. Anais (CD ROM), p. 459-470.
- DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- ESCOLANO BENITO, A. El manual como texto. **Pro-posições**, v.23, n.3 (69), p. 33-50, set./dez.2012.
- FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de.; VEIGA, C. **500 anos de educação no Brasil**. v. 3.ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.143-179.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, 2001.

MIMESSE, E. A Prática Pedagógica dos Professores de História no uso dos Livros Didáticos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 96-107, set.2009.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo/ 1876-1994. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

NÓVOA, A. **Apresentação**: Por que a história da educação?. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. II: Séc. XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ROCKWELL, Elsie. La dinamica cultural en la escuela. In: ALVAREZ, Amélia (Ed.). **Hacia un curriculum cultural**: lavigencia de Vygotskien la educación. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 1997.

RODRIGUES, F. P. **Os saberes para professores elaborados na revista 'O Estudo' (1922-1931)**. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019.

RODRIGUES, F. P. A formação de professores nas Escolas Normais livres do centro-oeste paulista (1940-1970): uma história por meio dos saberes para professores contidos nos manuais pedagógicos utilizados por essas escolas. In: **I Encontro Internacional do Programa de Pós-Graduação em Educação, II Congresso Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação e XXII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP**, Campus de Marília - Desafios da Pós-Graduação, 2020, Marília/ SP. Anais (on-line). Disponível: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/publicacao.asp?codTrabalho=MzM5NzY=>. Acesso em: 28/12/2020.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. Da F. Rosa. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, V. B. da. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 6, jul./dez., 2003, p. 29-57.

VILLELA, H. de O. S. **A primeira Escola Normal do Brasil**: uma contribuição à história da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

VIÑAO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO, A.; AGUSTÍN, E. **Currículo, espaço subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

---

**Notas:**

<sup>i</sup> No original: El manual escolar tradicional se identifica como constructo textual acomodado a ciertos requerimientos sociológicos. Es un texto que puede ser condicionado políticamente, en la medida en que no puedes alirse de los límites de contenido y valor que los gobiernos le marcan. Como dispositivo de normalización cultural de cada grupo de edad, el libro escolar es un exponente de un determinado código sociológico, si se quiere una representación de los estándares que la comunidad pauta para los sujetos escolarizados en una época (ESCOLANO, 2012, p. 36).

<sup>ii</sup> No original: “la cultura de la escuela se ha constituido nun objeto esencial para la nueva historiografía de la educación[...]”. (ESCOLANO, 2012, p. 43)

<sup>iii</sup> No original: Uma concepção de la cultura que integra la historia lleva a conclusiones distintas. Si se le mira como parte de la cultura de la humanidad, a largo plazo, la escritura es tan parte de la cultura como los onsherramientas, lotejidos y los granis. Compare com estos elementos culturales varias características.[...] (ROCKWELL, 1997, p. 33)

<sup>iv</sup> No original: [...] el manual escolar, como registro de toda la cultura escolar, es una fuente importante, decisiva, para afrontar esta estrategia de conocimiento. El libro puede ser examinado como una representación de las prácticas que prevé e induce, como un soporte en el que subyacen los discursos pedagógicos acerca de la acción escolar y como un objeto indiciario de los valores en que se fundamenta la administración que lo regula. Esta revalorización del libro escolar como fuente ha dado origen a la creación de un nuevo campo intelectual no sólo historiográfico, teórico y pragmático: el que se cubre bajo el término manualística. (ESCOLANO, 2012, p. 43)

<sup>v</sup> No original: [...] el manual es un objeto-huella portador de signos indiciarios de la conceptualización y la pragmática de la enseñanza. Su análisis lingüístico, semiológico e iconográfico puede aproximarnos al conocimiento de los códigos que dan identidad a una determinada pedagogía. Bajo la perspectiva de la cultura teórica, el libro es un texto discursivo que comporta conceptualizaciones implícitas y tradiciones de sentido. En las prácticas discursivas que se expresan mediante los lenguajes, las retóricas y los recursos comunicativos se pueden leer valores culturales y teorías didácticas. (ESCOLANO, 2012, p. 43-44)

*Recebido em 10 de novembro de 2021*

*Aceito para publicação em 27 de janeiro de 2022*